



Alencar Monteiro
Mendes Ribeiro

Dissidente acusa Covas e Ulysses

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Ulysses Guimarães e o líder Mário Covas estão-se utilizando do PMDB para desenvolver seus projetos políticos pessoais, entre eles o de chegar à Presidência da República. Por isso, passaram a apoiar, repentinamente, a proposta de eleições diretas antecipadas para a sucessão de Sarney. Esta acusação foi feita ontem pelo deputado gaúcho Mendes Ribeiro, um dos líderes do movimento rebelde dentro do partido contra a hegemonia da cúpula.

Ribeiro considera que Ulysses e Covas abordam superficialmente a questão das eleições diretas porque pretendem chegar à Presidência da República e o senador, como segunda hipótese, ao governo de São Paulo. Mas a sucessão do presidente Sarney, diz o deputado, não pode ser tratada isoladamente, porque ele foi eleito no mesmo contexto da vigência da atual Constituição. Desta forma, acrescenta o constituinte gaúcho, as eleições no próximo ano devem ser gerais, hipótese que ele acha não contar com o apoio de Ulysses nem de Covas.

Nesse sentido, Mendes Ribeiro apresentou ontem sugestão de norma constitucional para a realização de eleições diretas para a Presidência da República e vice, vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores e governadores no próximo dia 15 de novembro de 1988, com os eleitos tomando posse em 1º de janeiro de 1989. Na justificativa, afirma que, se a Constituinte gera "um novo estado de coisas e passa por cima de direitos adquiridos, a regra vale para todos, não há por que cortar mandato de uns e não de outros. Até porque os atuais partidos são formados sobre bases falsas, repousando sobre legislação casuística". Deputado mais votado do Rio Grande do Sul, com 325 mil votos, Ribeiro se compromete a não pleitear a reeleição se a proposta for aprovada.

O deputado Mendes Ribeiro afirma que Ulysses Guimarães e Mário Covas agem ditatorialmente no partido, apesar de terem lutado contra o regime militar, e se definem ao sabor dos acontecimentos, como no caso das diretas para a Presidência da República. O grupo rebelde do PMDB, que tem Expedito Machado como outro líder, já congrega mais de cem parlamentares, incluindo os coordenadores das bancadas. Ulysses e Covas pensam nas diretas como caminho mais rápido para suas aspirações políticas pessoais, e desta forma envolvem o partido num compromisso sem consultar antecipadamente as bancadas, reiterou Mendes Ribeiro.

"Os constituintes, governadores e prefeitos foram eleitos sob a égide da mesma Constituição, e o argumento válido para Sarney vale para todos nós", observou o constituinte gaúcho, de 57 anos. Ele observa não saber se alguém do PMDB conseguiria ser reeleito agora, depois do fracasso do Plano Cruzado, que em sua opinião funcionou para a sociedade como "uma espécie de estelionato eleitoral", do qual resultaram milhões de votos para o PMDB, na ilusão da superação dos problemas econômicos.

O deputado Mendes Ribeiro destaca que um partido que tanto lutou pela democracia não pode ser dominado ditatorialmente pelo presidente e o seu líder na Constituinte, acrescentando que Ulysses não tem condições de exercer tantas funções ao mesmo tempo, sendo visíveis os reflexos de sua má administração na Câmara. Internamente, os dois que antes se combatiam parecem unidos para exercer, através da cúpula e com o apoio de Fernando Henrique Cardoso, o controle do partido, sem atentar para os interesses dos constituintes peemedebistas, disse o deputado e jornalista. Recorda Mendes Ribeiro que Mário Covas impôs arbitrariamente os presidentes e relatores das comissões e subcomissões da Constituinte, tendo ele próprio pleiteado uma delas e não obteve sequer resposta a sua pretensão.

O parlamentar gaúcho revela que tem sido alertado por pessoas ligadas à cúpula do partido para o fato de poder vir a ser marginalizado em represália contra suas acusações, mas acrescenta que não se calará, tem dezenas de companheiros que pensam da mesma forma e se dispõe a continuar lutando contra "a prepotência de Ulysses e Covas dentro do PMDB". Os peemedebistas insatisfeitos com a direção partidária estão se reunindo em seus gabinetes e já foi redigido um documento de protesto, a ser divulgado nos próximos dias, possivelmente pelo deputado Expedito Machado.

Lourenço vai ouvir bancada para definir tendência do partido

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, vai começar pesquisa com seus 117 liderados para que definam qual a duração do mandato do presidente Sarney — quatro anos, como querem os peemedebistas Miro Teixeira (RJ), Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso (SP); cinco, conforme prefere Ulysses Guimarães (PDMB-SP), ou seis anos, como determina a atual Constituição.

Lourenço iniciará a consulta atendendo a pedido do ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, que almoçou anteontem no Palácio da Alvorada com o presidente José Sarney e Ulysses Guimarães, quando o assunto foi abordado pelo anfitrião. O PFL, que até há pouco foi um dos defensores do mandato de seis anos, parece agora preferir a realização de eleições diretas para a sucessão presidencial em 15 de novembro de 1988.

No Senado, o líder liberal, Carlos Chiarelli, sugeriu ontem a convocação de uma convenção nacional do partido para decidir se a Aliança Democrática deve ser mantida, bem como o apoio ao governo de José Sarney. Chiarelli pretende, também, que sejam definidas posturas diante da Assembleia Nacional Constituinte.

Hoje à tarde, Chiarelli reunirá a bancada do Senado para saber se os senadores liberais ainda se mantêm favoráveis ao mandato de seis anos para Sarney. "Por enquanto a posi-

ção é esta", afirma, "mas ela pode mudar. Vou transmitir à bancada a solicitação do presidente de uma definição".

Chiarelli não deu maior importância à reunião de líderes liberais nas Assembleias Legislativas, realizada ontem em Brasília, para decidir sobre o rompimento do partido com o governo Sarney, nem deu destaque ao pronunciamento de Milton Sales (MG), segundo o qual "não podemos continuar atrelados a essa política econômica do PMDB, dirigida por ministros do PMDB, que está levando o País ao caos". Nesse encontro os líderes de Minas, Mato Grosso, Ceará, Espírito Santo, Rondônia, Goiás, Paraná e Acre pronunciaram-se a favor do rompimento com o governo, com o que não concordaram os líderes do Rio, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Pernambuco.

Ainda hoje à noite, os senadores do PFL se reunirão com o ministro Aureliano Chaves para discutir as relações do partido com o governo Sarney.

ELEIÇÃO

Atendendo às exigências da legislação em vigor, o PFL publicou edital de convocação do diretório nacional, que reconduzirá à sua presidência o senador Marco Maciel, ex-chefe da Casa Civil da Presidência da República. Durante a reunião do diretório serão constituídos o Conselho Consultivo e o Conselho de Ética do partido.

Amaral condena atos secrets do governo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Agora, o governo tem, não apenas "decreto secreto", mas também "parecer secreto", anunciou ontem na tribuna da Constituinte o líder do PDS, deputado Amaral Neto (RJ). O deputado exibiu um exemplar do Diário Oficial da União, com data de hoje, no qual está publicado um despacho de aprovação do presidente Sarney ao parecer nº SR-025, de 28 de abril de 1987, do consultor-geral da República, Saulo Ramos, sem qualquer outra informação a não ser, entre parênteses, a palavra secreto.

"Nunca vi isto, nem nos governos militares. Um parecer secreto deve ser alguma coisa de muito íntimo entre o presidente e seu consultor" — ironi-

zou Amaral Neto, que encaminhou à Mesa um requerimento de informações sobre o assunto. Acrescentou que a "transparência" tão proclamada pela Nova República obriga o governo a prestar ao Congresso completo esclarecimento sobre "esse parecer secreto".

Técnicos da Presidência da República alegaram que o governo não está obrigado a divulgar o conteúdo de pareceres secretos do consultor geral para o presidente. Segundo eles, esse é um ato comum, previsto no regimento da Consultoria-Geral da República. A publicação no Diário Oficial, argumentaram, serve apenas para fixar sua existência no ordenamento, mas seu conteúdo interessa apenas ao presidente da República.



Lula defende da tribuna o projeto do PT

O PT leva à Mesa seu projeto de Carta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Partido dos Trabalhadores apresentou ontem um projeto de Constituição à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte. O documento prevê a manutenção do sistema presidencialista de governo, mandato de quatro anos para o presidente da República e eleições diretas em todos os níveis, de vereador a presidente, seis meses após a promulgação da nova Constituição. Estabelece ainda a mudança do nome do País para República Federativa Democrática do Brasil.

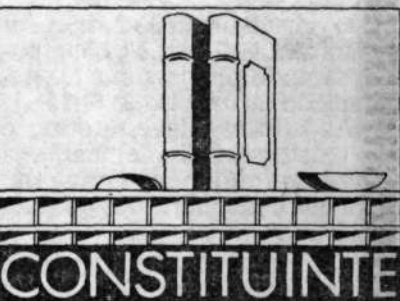
O projeto petista, que foi apresentado como sugestão, tem 273 artigos e seus respectivos parágrafos, incisos e itens (56 a mais do que a atual Constituição brasileira). Mas contraria as disposições do regimento interno da Constituinte que proíbem o encaminhamento de substitutivos, prevendo, em níveis diferentes, a apresentação de sugestões (cujo prazo terminou ontem) e emendas (nas várias fases de elaboração da nova Constituição).

Em relação às eleições, que provocariam a renovação do Congresso eleito em 1986, o PT prevê sua realização em dois turnos para todos os cargos executivos — incluindo prefeito e governador — e não apenas para presidente da República. A manutenção do presidencialismo, segundo a proposta, seria efetivada ao mesmo tempo em que o Congresso teria restabelecido suas principais prerrogativas e com o fim de algumas atribuições atuais do presidente da República, como o de poder legislar através de decretos-leis ou ter poder de veto sobre projetos do Legislativo. O decurso de prazo continuaria, mas com outra finalidade: ao invés de aprovar matérias não votadas, passaria a rejeitar mensagens presidenciais que não obtivessem voto.

O PT sugere também que o Executivo tenha menor ingerência sobre o Judiciário, passando a nomeação de ministros e juizes a ser feita den-

tro dos próprios tribunais, através do voto. A proposta petista amplia ainda mais a liberdade de formação dos partidos políticos e passa para todos os níveis a eleição pelo sistema proporcional. Isso seria feito através de uma lista partidária, onde os eleitos são os mais votados.

As Forças Armadas, de acordo com os petistas, teriam como única função a proteção externa do País, sem qualquer envolvimento nas questões políticas internas. Além disso, ficaria assegurado o direito de voto aos soldados e cabos das Forças



Armadas, que se poderiam candidatar a cargo eletivo desde que se licenciasssem. Em relação ao último ponto, o partido não obteve consenso interno. O deputado João Paulo Pires de Vasconcelos (PT-MG) apresentou uma sugestão isolada à Mesa, prevendo a ineligibilidade dos militares para qualquer cargo executivo, legislativo ou judiciário. Ainda segundo a proposta do deputado, embora com direito de voto, os militares não poderiam ser filiados a partido político. João Paulo de Vasconcelos pretende também vetar aos militares o direito de se manifestarem sobre assuntos políticos, criticar ou aplaudir atos dos poderes constitucionais. Finalmente, prevê o estabelecimento de penas para os que desobedecerem ordens do presidente da República, participarem ou liderarem movimentos destinados a modificar leis ou derrubar os governos constitucionais.